

Comores

LIBERDADE RELIGIOSA NO MUNDO RELATÓRIO 2021

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA



A União das Comores adotou uma nova Constituição a 6 de agosto de 2018. O novo quadro legal afeta diretamente a liberdade religiosa no país. Na Constituição de 2001, o Islamismo tinha sido reconhecido como uma fonte “para os princípios e normas que governavam a União”.¹ Na nova Constituição, o Islamismo tornou-se a religião estatal (artigo 97.º),² e o Islamismo Sunita é definido como base da identidade nacional (Preâmbulo).³ Para as minorias não sunitas, tais como os xiitas, isto constitui uma deterioração significativa dos seus direitos. Como afirmou o especialista constitucional comoriano Mohamed Rafsandjani, segundo a nova Constituição “se não é sunita, não faz parte da comunidade nacional”.⁴

As Comores são um estado federal e as ilhas que formam o arquipélago gozam de uma certa autonomia, tendo os seus próprios

governos locais. O governo federal exerce um controle rigoroso sobre questões religiosas. Em 2018, o Ministério dos Assuntos Internos começou a trabalhar com o Conselho Nacional Mufti para melhorar o controle sobre os imãs e pregadores, introduzindo uma “carteira profissional” de competência acadêmica e religiosa.⁵ Este movimento parece destinar-se a prevenir o radicalismo religioso. O presidente tem o poder de nomear o grande mufti, o clérigo muçulmano sênior do país. Este é um funcionário governamental encarregado dos assuntos religiosos e administrativos.⁶ Todas as formas de proselitismo ou propaganda religiosa por outras religiões, que não o Islamismo Sunita, são proibidas. Os estrangeiros envolvidos nessas atividades podem ser deportados. Os católicos representam menos de 0,5% da população⁷ e o país não tem dioceses.

Relativamente ao ensino público, a instrução religiosa não é obrigatória. No entanto, o Corão é utilizado nas escolas primárias públicas para ensinar árabe. Além disso, o governo apoia financeiramente as escolas corânicas.⁸ Há também pressão e intimidação contínuas contra os convertidos locais ao Cristianismo, mas os estrangeiros não são afetados por esta ameaça.⁹ Em todo o lado sente-se pressão para que as pessoas se conformem aos regulamentos e costumes muçulmanos ortodoxos.

As alterações à Constituição, promovidas pelo Presidente Azali Assoumani em 2018, afetaram igualmente a vida política do país e a distribuição de poder entre as ilhas. Antes da introdução das mudanças, a presidência das Comores era rotativa a cada cinco anos entre as ilhas. Juntamente com a eliminação da presidência rotativa, as reformas eliminaram o cargo de vice-presidente, aumentando assim os poderes do presidente, bem como do Tribunal Constitucional.¹⁰ Estas reformas foram alvo de considerável oposição no país.¹¹

INCIDENTES E EVOLUÇÃO

Em 2019, a Direção dos Assuntos Islâmicos proibiu as celebrações do Natal.¹² A proibição proposta pela Direção, que deveria entrar em vigor a 24 de dezembro de 2019, estabelecia que o governo “condenava e proibia qualquer celebração, cerimônia ou atividade ligada à festa do Natal em locais públicos, hotéis, clubes e casas”.¹³ E apelava a “todas as agências de segurança e polícia (...) para que tomassem todas as medidas necessárias para impedir qualquer encontro para atividades cristãs”. A interdição causou controvérsia significativa, especialmente a nível internacional. No dia seguinte à sua emissão, as autoridades comorianas divulgaram uma declaração de não aceitação da proibição, observando que esta não refletia a posição do governo.¹⁴ Foram celebradas missas na véspera de Natal e no dia de Natal, sem que se tenham registrado incidentes.¹⁵

Mesmo que a proibição do Natal não tenha sido aplicada na prática, as minorias religiosas continuam a ver-lhes negada a liberdade de praticarem o culto. Como consequência, a 18 de dezembro de 2019, o governo dos Estados Unidos decidiu manter as Comores na sua Lista de Observação Especial para “governos que se envolveram ou toleraram ‘graves violações da liberdade religiosa’”.¹⁶

Entretanto, nos últimos dois anos assistiu-se a uma crescente instabilidade política e social no país. As eleições presidenciais ocorreram a 24 de março de 2019 e foram as primeiras desde a aprovação das alterações constitucionais um ano antes. O Presidente em exercício, Azali Assoumani, foi reeleito.¹⁷ A oposição rejeitou os resultados, dizendo que a votação estava marcada por irregularidades, uma alegação que o governo negou. Houve agitação social depois das eleições, com protestos em todo o país. Os confrontos violentos com as forças de segurança resultaram na morte de três adversários e em vários feridos.¹⁸

Perante a situação, alguns governos mundiais atualizaram os seus conselhos de viagem relativos às Comores, exortando os seus cidadãos a usarem de extrema cautela ou a reconsiderarem as suas viagens ao país devido à agitação civil pós-eleitoral.¹⁹ No início de 2020, o partido do presidente, a Convenção para a Renovação das Comores (CRC), teve uma vitória esmagadora nas eleições legislativas, que foram boicotadas pela oposição com o argumento de que não existiam garantias de que as eleições seriam “livres, transparentes e democráticas”.²⁰ A comissão eleitoral calculou uma afluência às urnas de cerca de 61,5 por cento, mas a oposição disse que a afluência não era superior a 10 por cento.²¹

Durante o Ramadão de 2020, as forças de segurança utilizaram gás lacrimogêneo contra pessoas que se tinham reunido nas mesquitas em violação de um bloqueio imposto pelas autoridades para conter o surto de coronavírus.²²

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA



Não há liberdade religiosa em Comores, exceto para os muçulmanos que seguem a doutrina sunita shafi'i, e não há indícios de quaisquer melhorias num futuro próximo. Os últimos desenvolvimentos legais apresentam um cenário de agravamento para as minorias religiosas, incluindo os muçulmanos xiitas. Como a *Open Doors International* relatou em 2018, espera-se que tais desenvolvimentos “tornem as coisas ainda mais difíceis”, inclusive para a comunidade cristã.²³ Segundo um especialista jurídico comoriano, as recentes alterações constitucionais poderiam ser utilizadas como base legal para justificar a discriminação e a perseguição.²⁴ Além disso, a radicalização e o extremismo religioso parecem estar aumentando no país.²⁵

Os fatores sociais e políticos são uma importante fonte de instabilidade em Comores e também aqui é pouco provável que a situação melhore num futuro próximo. A reforma constitucional de 2018 foi, para alguns, uma “mudança na natureza do regime”.²⁶ O frágil acordo de partilha de poder entre as ilhas, estabelecido na criação da União, foi desmantelado. A eliminação da presidência rotativa e a concentração do poder no novo gabinete presidencial podem aumentar as tensões entre ilhas e a agitação social.

NOTAS

¹ Comores, Constitution du 23 décembre 2001, Digithèque MJP, <https://mjp.univ-perp.fr/constit/km2001.htm> (acesso em 13 de agosto de 2020).

² Comoros 2018, Constitute Project, https://www.constituteproject.org/constitution/Comoros_2018?lang=en (acesso em 6 de agosto de 2020).

³ Ibid.

⁴ Carine Frenk, “Référendum aux Comores: «On modifie la nature du régime», estime Mohamed Rafsandjani”, Radio France Internationale, 26 de julho de 2018, <http://www.rfi.fr/fr/emission/20180726-referendum-comores-modifie-nature-regime-mohamed-rafsandjani> (acesso em 18 de fevereiro de 2020).

⁵ Ali Abdou, “Religion : Vers la mise en place de la carte professionnelle des prêcheurs et imams”, Al-Watwan, 19 de janeiro de 2018, <http://www.alwatwan.net/societe/religion-vers-la-mise-en-place-de-la-carte-professionnelle-des-prêcheurs-et-imams.html> (acesso em 18 de janeiro de 2020).

⁶ Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, “Comoros”, International Religious Freedom Report for 2018, Departamento de Estado Norte-Americano <https://www.state.gov/reports/2018-report->

on-international-religious-freedom/comoros/(acesso em 6 de agosto de 2020).

⁷ “Comores,” InfoCatholique,
http://infocatho.cef.fr/fichiers_html/pays/aanneatlasmonde/paysatl-asafrique/maquetteafrdef/atlasafrcomores.html (acesso em 13 de agosto de 2020).

⁸ Ibid.

⁹ Ibid.

¹⁰ Audrey Parmentier, “Les enjeux du référendum constitutionnel aux Comores,” La Croix, 30 de julho de 2018, <https://www.la-croix.com/Monde/Afrique/enjeux-referendum-constitutionnel-Comores-2018-07-30-1200958690> (acesso em 14 de janeiro 2020).

¹¹ Nicolas Boring, “Comoros: Planned Constitutional Referendum on Presidential Term Limits Leads to Crisis,” Global Legal Monitor, 30 de julho de 2018, <https://www.loc.gov/law/foreign-news/article/comoros-planned-constitutional-referendum-on-presidential-term-limits-leads-to-crisis/> (acesso em 13 de agosto de 2020).

¹² FaïzaSoulé Youssouf, “L’Union des Comores, ancienne république islamique, interdit les célébrations des fêtes de fin d’année,” Franceinfo, 24 de dezembro de 2019, <https://la1ere.francetvinfo.fr/mayotte/union-comores-ancienne-republique-islamique-interdit-celebrations-fetes-fin-annee-784157.html> (acesso em 18 de janeiro 2020).

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid., “Le gouvernement comorien se désolidarise de la déclaration du directeur des affaires islamiques qui avait sorti une note interdisant la célébration de Noël”, Franceinfo, 25 de dezembro de 2019, <https://la1ere.francetvinfo.fr/mayotte/gouvernement-comorien-se-desolidarise-declaration-du-directeur-affaires-islamiques-qui-avait-sorti-note-interdisant-celebration-noel-784345.html> (acesso em 18 de janeiro 2020).

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Michael Pompeo, “United States takes action against violators of religious freedom,” United States Department of State, 20 de dezembro de 2019, <https://www.state.gov/united-states-takes-action-against-violators-of-religious-freedom/> (acesso em 14 de janeiro 2020).

¹⁷ “Comoros president named winner in election rejected by opposition”, Reuters, 27 de março de 2019, <https://af.reuters.com/article/topNews/idAFKCN1R80JP-OZATP> (acesso em 14 de janeiro 2020).

¹⁸ Ahmed Ali Amir, “At least three dead in gunfight in Comoros after opposition moves to unseat president”, Reuters, 28 de março de 2019, <https://www.reuters.com/article/us-comoros-elections/at-least-three-dead-in-gunfight-in-comoros-after-opposition-moves-to-unseat-president-idUSKCN1R91J7> (acesso em 14 de janeiro 2020).

¹⁹ Ver, por ex., “US Upgrades Travel Warning to Comoros After Post-Election Violence,” Voice of America, 29 de março de 2019, <https://www.voanews.com/africa/us-upgrades-travel-warning-comoros-after-post-election-violence#:~:text=The%20State%20Department%20upgraded%20its,been%20ordered%20to%20leave%20temporarily>(acesso em 13 de agosto de 2020). No caso de Espanha, ver “Recomendación de viaje – Unión de Comoras”, Ministério dos Assuntos Exteriores, 9 de junho de 2020, <http://www.exteriores.gob.es/Portal/es/ServiciosAlCiudadano/SiViajasAlExtranjero/Paginas/DetalleRecomendacion.aspx?IdP=43> (acesso em 13 de agosto de 2020).

²⁰ “Comoros president’s party wins poll boycotted by opposition”, Al Jazeera, 21 de janeiro de 2020, <https://www.aljazeera.com/news/2020/01/comoros-president-party-wins-poll-boycotted-opposition-200121081053507.html> (acesso em 2 de junho de 2020).

²¹ Ibid.

²² “Tear gas fired at mosques in Comoros”, Channel Africa, 27 de abril de 2020, <http://www.channelafrica.co.za/sabc/home/channelafrica/news/details?id=07b39236-f4ec-466f-9ad2-85fd37211fad&title=Tear+gas+fired+at+mosques+in+Comoros> (acesso em 12 de agosto de 2020).

²³ “Religious minorities fear backlash as Sunni Islam declared state religion of Comoros”, World Watch Monitor, 3 de agosto de 2018, <https://www.worldwatchmonitor.org/2018/08/religious-minorities-fear-backlash-as-sunni-islam-declared-state-religion-of-comoros/> (acesso em 18 de janeiro 2020).

²⁴ Frenk, op. cit.

²⁵ Geoffroy Vauthier, “La commission des affaires étrangères étrille l’Union des Comores”, Mayotte Hebdo, 10 de fevereiro de 2029, <https://www.mayottehebdo.com/actualite/dossier/la-commission-des-affaires-etrangees-etrille-l-union-des-comores> (acesso em 13 de agosto de 2019).

²⁶ Frenk, op. cit.



SOBRE A ACN

ACN (Ajuda à Igreja que Sofre no Brasil) é uma organização católica fundada em 1947 pelo Padre Werenfried van Straaten para ajudar os refugiados de guerra. Desde 2011 reconhecida como fundação pontifícia, a ACN dedica-se a ajudar os cristãos no mundo inteiro – através da informação, oração e ação – especialmente onde estes são perseguidos ou sofrem necessidades materiais. A ACN auxilia todos os anos uma média de 5.000 projetos em 130 países graças às doações de benfeitores, dado que a fundação não recebe financiamento público.

CONHEÇA A ACN